



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

09/05/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

INSS entra com recurso no STF contra revisão da vida toda

O INSS entrou com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão na chamada "revisão da vida toda", que reconheceu o direito dos aposentados de optar pela regra previdenciária que lhes for mais favorável.

A autarquia pediu novamente a suspensão liminar de todos os processos sobre o tema até o trânsito em julgado da ação. Também quer a anulação da decisão sob o argumento de que um dos pontos tratados no julgamento não teve respaldo da maioria absoluta da Corte.

Se a nulidade não for aceita, o INSS pede que os efeitos da decisão sejam modulados para alcançar somente o futuro. Dessa forma, seria excluída a possibilidade de revisar benefícios já extintos, pagar diferenças anteriores à data de publicação do acórdão e anular decisões que, no passado, negaram o direito à revisão.

O INSS alega perdas bilionárias com a revisão dos benefícios. O julgamento, finalizado em dezembro do ano passado, assegurou aos aposentados o direito de pedir a inclusão de toda a vida contributiva no cálculo do benefício. Até então, só eram considerados os salários após julho de 1994 - momento de estabilização do real.

A autarquia diz que a aplicação imediata da tese aprovada pelos ministros pode levar ao "colapso no atendimento dos segurados pelo INSS", com pagamentos atrasados e maiores filas.

Em fevereiro, o INSS já pediu a suspensão dos processos alegando não ter condições de revisar os benefícios. Em resposta, o relator da ação, ministro Alexandre de Moraes, solicitou o envio de um cronograma de pagamento para averiguar o planejamento da autarquia antes de conceder a suspensão.

"O volume de pessoas que podem eventualmente pleitear a revisão sem a correta delimitação do sentido e do alcance da tese firmada com a necessária integração do julgamento dos embargos de declaração é enorme, pois no período que vai de 26/11/1999 a 12/11/2019 - vinte anos - o INSS concedeu 88.307.929 benefícios, nem todos alcançados pela tese firmada na presente repercussão geral, o que ficará mais claro a partir do julgamento dos embargos de declaração ora interpostos", sustenta a autarquia por meio da Advocacia-Geral da União (AGU).

Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 09 de maio.

Pacheco diz que tendência é Senado derrubar mudanças no saneamento

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou nesta segunda-feira (8) que a "tendência" é de que os senadores aprovem o PDL (projeto de decreto legislativo) que derruba mudanças feitas pelo governo federal no Marco do Saneamento.

"O que eu percebo é que há uma tendência do Senado Federal em aprovar também esse projeto de decreto legislativo, mas obviamente que eu posso dizer apenas como tendência porque o Senado são 81 senadores e não só o seu presidente", disse Pacheco.

"Esta é uma lei e, embora seja legítimo ao Poder Executivo ao pretender regulamentá-la editar decretos, a compreensão é de que esses decretos não podem se sobrepor à lei, especialmente em pontos que sejam pontos próprios do processo legislativo de uma lei, e não de um decreto."

Na semana passada, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sofreu sua primeira derrota no Congresso Nacional e viu a Câmara dos Deputados reverter as mudanças feitas pelo Executivo por 295 votos a 136.

A declaração de Pacheco ocorreu em agenda na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

O senador também disse que o Marco do Saneamento "foi uma medida inteligente tomada pelo Congresso", e saiu em defesa da participação da iniciativa privada.

Pacheco informou que o presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado — onde o texto será discutido antes de ir ao plenário —, Confúcio Moura (MDB-RO), será o relator do texto na comissão. Moura é também um dos vice-líderes do governo Lula no Senado.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 09 de maio.

Prazo para declarar o IR e tentar entrar no primeiro lote de restituição termina nesta quarta (10)

Os contribuintes que entregarem a declaração do Imposto de Renda 2023 até esta quarta-feira (10) e atenderem a alguma regra da Receita Federal que os coloca como prioritários poderão receber a restituição no primeiro lote, pago em 31 de maio.

Segundo o fisco, as declarações recebidas até 10 de maio estarão habilitadas para entrar no primeiro lote, desde que integrem a ordem de prioridade e não caiam na malha fina.

Neste ano, a relação de prioritários aumentou com a inclusão de quem usou a declaração pré-preenchida (cerca de 4,25 milhões, 22% das 19,3 milhões de declarações enviadas até o início de maio) e quem optou pela restituição por Pix.

No ano passado, o primeiro lote teve 3,4 milhões de contribuintes e pagou R\$ 6,3 bilhões. Em 2023, 73,4% das declarações entregues (cerca de 14,2 milhões) até o momento terão imposto a restituir.

Haverá mais quatro lotes de pagamento entre junho e setembro, com depósitos no último dia útil de cada mês. A ordem seguirá a relação de contribuintes prioritários e a data de entrega. Cerca de uma semana antes a Receita libera a consulta com os contemplados em cada lote.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 09 de maio.

Aluguel pode ficar mais barato? Veja a consequência da queda do IGP-M

Conhecido como "a inflação do aluguel", o IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) atingiu em abril sua primeira marca negativa desde fevereiro de 2018: -2,17% no acumulado em 12 meses. Este pode ser o percentual de reajuste em contratos que vencem neste mês.

O IGP-M é usado como base para reajuste da maior parte dos contratos de aluguel e disparou na pandemia. Com a deflação, os contratos que fazem aniversário em maio corrigidos pelo índice podem ficar sem aumento. Mas sem desconto também. Devido a uma cláusula rotineira, o preço não é ajustado para baixo em caso de índice negativo.

É comum as partes determinarem o prazo de 12 meses para a atualização do aluguel. Como a lei do inquilinato não define qual índice de correção deve ser utilizado, locador e locatário com contratos que vencem neste mês podem chegar a um acordo sobre qual índice adotar para fazer o reajuste.

Segundo Larissa Gonçalves, economista do DataZAP+, na pandemia, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) foi o escolhido por ser menos sensível pela volatilidade do câmbio, garantindo para os locadores, pelo menos, o reajuste da inflação.

"Neste momento especificamente, é pouco provável, em especial para os proprietários de imóveis que não reajustaram os preços durante os anos de pandemia, que o índice seja trocado para o IGP-M, uma vez que o último está negativo", diz Larissa.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 09 de maio.

Mercado reduz expectativas para inflação em 2023 e 2024

Especialistas reduziram ligeiramente suas perspectivas para a inflação tanto neste ano quanto no próximo, embora ainda permaneçam acima da meta, mostrou a pesquisa Focus divulgada pelo BC (Banco Central) nesta segunda-feira (8).

O levantamento, que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos, apontou que a expectativa para a alta do IPCA em 2023 agora é de 6,02%, contra 6,05% na semana anterior, na primeira redução da estimativa depois de cinco semanas seguidas de altas.

Para 2024 a conta foi reduzida em 0,02 ponto percentual, com a inflação agora calculada em 4,16%. As projeções para 2025 e 2026 seguem em 4,0%.

O centro da meta oficial para a inflação em 2023 é de 3,25% e para 2024 e 2025 é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 09 de maio.